

PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório Nº 074/2025

Pregão Eletrônico Nº 014/2025

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Execução de Serviços de Revitalização, Adequação, Recuperação Estrutural, Manutenção Corretiva e/ou Preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE)

**PREGÃO ELETRÔNICO – LEI Nº 14.133/2021 –
REGISTRO DE PREÇOS – SERVIÇOS DE ETE –
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO – HABILITAÇÃO
– VEDAÇÕES – SANÇÕES – MINUTA DE
CONTRATO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
– PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, EFICIÊNCIA,
TRANSPARÊNCIA E ISONOMIA**

I – DA CONSULTA:

A presente consulta, de caráter preventivo e opinativo, foi formulada com o propósito de proceder à análise pormenorizada do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 014/2025 (Processo nº 074/2025), na modalidade Registro de Preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho/MG. O cerne deste certame reside no registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de revitalização, adequação, recuperação estrutural, manutenção corretiva e/ou preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários, conforme condições, especificações técnicas, quantitativos e demais exigências constantes no Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

A emissão de parecer jurídico prévio, tal como este, reveste-se de obrigatoriedade e crucialidade, conforme imperativo do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021 (a Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC). Este dispositivo legal consagra a indispensabilidade da manifestação jurídica para a aprovação de editais e minutas contratuais em licitações e contratos administrativos, configurando-se como um pilar fundamental para assegurar a estrita legalidade, a conformidade normativa e a segurança jurídica de todos os atos administrativos subsequentes que serão praticados no âmbito do procedimento licitatório.

O objetivo primordial deste parecer é, portanto, examinar a compatibilidade do Edital e de seus anexos com as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública. A análise busca não apenas verificar a observância de aspectos formais e procedimentais, mas, sobretudo, investigar a coerência material do instrumento convocatório, visando à prevenção de questionamentos futuros, à maximização da transparência e à garantia da segurança jurídica do certame, elementos essenciais para a eficiência da gestão pública.

Para tanto, a análise será lastreada nas seguintes disposições legais, entre outras:

- **Artigo 25 da Lei nº 14.133/2021:** Que delineia os requisitos mínimos para a elaboração de editais, enfatizando a necessidade de justificativa da contratação, critérios de julgamento claros, pesquisa de preços fundamentada e adequada dotação orçamentária, elementos cruciais para a validade e eficácia do procedimento.
- **Artigo 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021:** Que impõe a descrição precisa e objetiva do objeto da contratação, um pressuposto para assegurar a ampla competitividade e a seleção da proposta que efetivamente represente a maior vantagem para a Administração Pública.
- **Artigos 89 a 95 da Lei nº 14.133/2021:** Que estabelecem o regime jurídico dos contratos administrativos, abrangendo desde a sua formalização, execução, fiscalização, até as disposições sobre sanções e prazos contratuais, delineando o arcabouço para a gestão contratual.

A abrangência deste parecer transcende o mero cumprimento formal das normas vigentes. Ele se propõe a uma avaliação crítica para garantir que o certame esteja intrinsecamente alinhado aos princípios basilares da Administração Pública, tais como a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a publicidade, a eficiência e

a isonomia. Essa conformidade principiológica é vital para resguardar o interesse público, evitar irregularidades e promover uma contratação pública ética e eficaz.

Conclui-se que **este parecer jurídico possui natureza estritamente opinativa e preventiva**, configurando-se como um instrumento de apoio técnico e jurídico à autoridade competente. Seu objetivo é subsidiar a tomada de decisão administrativa, oferecendo subsídios para que a deliberação final seja informada e juridicamente segura, sem, contudo, vincular a discricionariedade administrativa pautada nos princípios da conveniência e oportunidade.

II - PRELIMINAR DE OPINIÃO:

A obrigatoriedade da emissão de parecer jurídico em processos licitatórios, conforme já sublinhado, encontra fundamento no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021. Este dever funcional da assessoria jurídica visa precípua assegurar a conformidade legal dos atos administrativos em todas as fases do processo de contratação pública. Impende, no entanto, ressaltar, de forma categórica, que o presente parecer técnico-jurídico ostenta caráter meramente opinativo, desprovido de qualquer força vinculante sobre a decisão final. A discricionariedade inerente à autoridade administrativa competente confere-lhe a prerrogativa de acolher ou não as recomendações jurídicas aqui apresentadas, sempre pautada nos princípios da conveniência e oportunidade, observando o interesse público.

Em consonância com as prerrogativas e o Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94), a elaboração e emissão de parecer jurídico constitui uma função técnica de cunho opinativo. É de suma importância, portanto, clarificar que o presente documento não possui natureza decisória ou vinculativa. Sua finalidade essencial é oferecer subsídios jurídicos qualificados à autoridade responsável pela condução do processo, fornecendo-lhe a base necessária para uma tomada de decisão informada. Tal mister não limita o exercício da discricionariedade administrativa, a quem compete ponderar as orientações jurídicas à luz das particularidades do caso concreto, observando a legalidade.

Nesse diapasão, é crucial sublinhar que o parecerista, por sua própria função, não detém competência para imiscuir-se ou decidir sobre questões que envolvem mérito administrativo, aspectos técnicos da contratação ou juízos de conveniência e oportunidade. A atuação do assessor jurídico é restrita à análise da estrita legalidade dos atos administrativos praticados no bojo do processo licitatório.

A decisão final, com suas implicações e responsabilidades, recai exclusivamente sobre a autoridade administrativa, sendo o parecer um instrumento de auxílio e prevenção, em estrita observância ao estabelecido pelo artigo 53 da Lei nº 14.133/2021.

Por derradeiro, faz-se mister salientar que a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores tem reafirmado, de forma inequívoca, a natureza opinativa do parecer jurídico. A responsabilidade pela condução integral do procedimento licitatório, bem como pela tomada da decisão final de contratar ou não, é atribuída, de forma exclusiva, ao gestor público. Tal entendimento foi ratificado em diversas ocasiões, a exemplo do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em caso emblemático que tratava da responsabilização de pareceristas:

Penal e Processual Penal. Advogado Parecerista. Suposto Crime em Procedimento Licitatório. Art. 89, Caput, da Lei 8.666/93. Pleito de Trancamento da Ação Penal. Cabimento. Inexistência de Indicação do Dolo na Conduta do Causídico. Ordem que Deve Ser Concedida. O parecer jurídico não é ato administrativo, mas sim manifestação opinativa, podendo apenas ser utilizado como elemento de fundamentação de um ato administrativo a ser posteriormente praticado pela autoridade competente. A responsabilidade pelo ato administrativo recai sobre a autoridade que o pratica, não sobre o advogado parecerista.

Por conseguinte, reitera-se com veemência que **A EMISSÃO DESTES PARECER, DE NATUREZA ESTRITAMENTE OPINATIVA E NÃO VINCULANTE, NÃO ACARRETA RESPONSABILIDADE JURÍDICA PARA O ASSESSOR JURÍDICO**. A decisão acerca do prosseguimento ou não do procedimento licitatório, incluindo a homologação e adjudicação, compete única e exclusivamente à autoridade administrativa competente, que a exercerá em conformidade com os princípios constitucionais e o livre exercício da função administrativa. Desta forma, o assessor jurídico exime-se de qualquer responsabilidade que se relacione ao mérito ou à conveniência dos atos a serem praticados pela Administração Pública.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA:

A análise do Pregão Eletrônico nº 014/2025, conduzida sob a égide da Lei nº 14.133/2021, revela uma série de aspectos cruciais que impactam diretamente a

legalidade, a transparência e a eficácia do certame. A seguir, detalham-se os principais pontos de avaliação:

III.I – Pontos Relevantes do Edital:

Objeto da Licitação e Aderência Documental: O objeto do certame, conforme veiculado no Quadro Resumo e na Seção 3 do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025*, é o "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de revitalização, adequação, recuperação estrutural, manutenção corretiva e/ou preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários". Esta descrição é clara e alinhada à necessidade de manutenção da infraestrutura de saneamento municipal.

- **Pontos positivos:**

- ✓ O *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025*, em seu Quadro Resumo e na Seção 3, delinea com clareza o objeto principal da contratação, qual seja, serviços de ETE. Esta especificação inicial é fundamental para orientar os licitantes e a própria Administração quanto ao escopo da contratação.

- ✓ A opção pela modalidade Pregão Eletrônico, combinada com o Sistema de Registro de Preços (SRP), revela uma preocupação com a eficiência e a agilidade nas contratações de itens e serviços de demanda contínua e comum, em perfeita consonância com os objetivos da Lei nº 14.133/2021.

- **Pontos que demandam ajustes:**

- ⚠ **Discrepância Crítica na Minuta do Contrato (Anexo IV):**
Constatou-se uma falha de grave repercussão jurídica na *Minuta de Contrato (Anexo IV)*. A Cláusula Segunda, item 2.1, descreve o objeto da seguinte forma: "A presente Ata tem como objeto registro de preços para futuras aquisições de..... para atender às necessidades da Secretaria Municipal de, conforme características, especificações e quantidades constantes do ANEXO I do Pregão nº /2025, e da Proposta da Contratada." A presença de **reticências e campos em branco** para a descrição do objeto contratual é uma inconsistência de suma gravidade. Embora não seja uma descrição divergente como a observada em outros modelos, a ausência de um objeto devidamente preenchido compromete a formalização do ato contratual, gera insegurança jurídica

para ambas as partes e pode ser interpretada como falta de planejamento e diligência, violando frontalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o da clareza, previstos na NLLC.

- **Recomendação:**

- 👉 É **IMPERIOSA E URGENTE** a retificação da Cláusula Segunda, item 2.1, da *Minuta de Contrato (Anexo IV)*. O objeto contratual deve ser preenchido integralmente e de forma inequívoca com o objeto expresso no *Editais PL 074 -2025 PE 014-2025* e no *Termo de Referência (Anexo I)*, ou seja, "registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de revitalização, adequação, recuperação estrutural, manutenção corretiva e/ou preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários". Essa correção deve ser formalizada por meio de errata e devidamente publicada, reabrindo-se os prazos do certame, se necessário, para garantir a lisura e a validade jurídica.

Condições de Participação e Vedação a Consórcios: A Seção 7 do *Editais PL 074 -2025 PE 014-2025* estabelece as condições de participação, incluindo uma lista de impedimentos.

- **Pontos positivos:**


- ✔ A exigência de que o objeto social da empresa seja compatível com o serviço licitado (Seção 7.1) é um critério de qualificação técnica legítimo e necessário para assegurar que apenas fornecedores aptos e especializados participem do certame.
- ✔ A determinação de credenciamento em portal eletrônico (<https://bll.org.br/>) favorece a publicidade e a acessibilidade, facilitando a participação de um universo mais amplo de licitantes.
- ✔ A lista de impedimentos à participação (Seção 7.4) está em consonância com as vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, visando a coibir conflitos de interesse e garantir a integridade do processo licitatório.

- **Pontos que demandam ajustes:**

- ⚠ **Vedação à Participação de Consórcios sem Justificativa Explícita e Robusta:** O item 7.4.9 do *Editais PL 074 -2025 PE 014-2025* explicitamente



proíbe a participação de "Pessoas jurídicas reunidas em consórcio", acompanhado de uma NOTA EXPLICATIVA que a considera um ato discricionário da Administração. Embora a Lei nº 14.133/2021 (Art. 15, §6º) permita a vedação da participação de consórcios, essa decisão deve ser **devidamente justificada** no processo licitatório, demonstrando que a aglutinação de esforços por meio de consórcio seria prejudicial à consecução do objeto ou implicaria em riscos excessivos para a Administração. Para serviços de maior complexidade, como os que envolvem a revitalização e manutenção de ETEs, a formação de consórcios pode, inclusive, ampliar a competitividade e a capacidade técnica dos licitantes, permitindo que empresas menores ou com expertises complementares unam forças. A mera invocação da discricionariedade, sem aprofundamento técnico sobre o porquê da vedação específica para este objeto, pode ser interpretada como restrição indevida à competitividade e à isonomia, sujeitando o certame a questionamentos.

- **Recomendação:**

-  Caso a Administração decida manter a vedação à participação de consórcios, é imprescindível que seja elaborada e explicitamente incluída no processo uma **justificativa técnica detalhada e robusta** que fundamente essa restrição. Essa justificativa deve demonstrar de forma clara e objetiva a indispensabilidade dessa limitação para a execução do objeto, a sua não prejudicialidade à obtenção da proposta mais vantajosa e a ausência de intenção de direcionamento, em observância ao princípio da isonomia e da competitividade.

Prazos para Esclarecimentos e Impugnações: A Seção 5 do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* detalha de forma específica os procedimentos e prazos para a apresentação de pedidos de esclarecimentos e impugnações.

- **Pontos positivos:**

-  O *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* designa canais de comunicação claros (e-mail licitacao@ribeiraovermelho.mg.gov.br e protocolo físico) para que os interessados possam formular pedidos de esclarecimentos e impugnações (Seção 5.1.1 e 5.2.1). Esta clareza fomenta a participação e o controle social.
-  A fixação de prazos específicos para a resposta da Pregoeira (3 dias úteis a contar do recebimento do pedido, Seção 5.1.3) confere previsibilidade e

transparência ao rito procedimental, permitindo que os licitantes se organizem e tomem decisões informadas.

- **Recomendação:**

- 👉 As disposições relativas aos prazos e procedimentos para esclarecimentos e impugnações estão bem definidas no *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* e contribuem para a segurança jurídica do certame, em conformidade com o Art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Critérios de Julgamento e Análise da Exequibilidade das Propostas: O *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* adota o critério de "menor preço global" e aborda a exequibilidade das propostas na Seção 10, com remissão ao Art. 59, III da Lei nº 14.133/21.

- **Pontos positivos:**

- ✔ A escolha do critério de menor preço global é amplamente reconhecida como a mais adequada para a contratação de bens e serviços comuns, como os serviços de ETE, pois promove a competitividade e busca a economicidade para a Administração Pública, conforme o Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

- ✔ O *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* prevê expressamente a possibilidade de a Pregoeira requerer a demonstração da exequibilidade para propostas consideradas irrisórias ou manifestamente inexequíveis (Seção 10.4). Esta previsão, respaldada pelo Art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021, é crucial para evitar a contratação de propostas inviáveis, que poderiam resultar em abandono da obra, baixa qualidade do serviço ou necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro oneroso para a Administração. A exigência de planilha de custos para comprovação da exequibilidade é uma ferramenta importante nesse processo.

- **Recomendação:**

- 👉 As disposições sobre os critérios de julgamento e a análise da exequibilidade das propostas estão em consonância com a legislação e os princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração.

III.II – Da Minuta do Edital:

A minuta do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* foi analisada sob a perspectiva dos requisitos e princípios da Lei nº 14.133/2021. A clareza, a objetividade

e a estruturação do instrumento convocatório são vitais para a seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação de riscos jurídicos, conforme preconiza o Art. 25 da NLLC.

Clareza, Objetividade e Estruturação Geral do Edital: O Art. 25 da Lei nº 14.133/2021 exige que o edital seja claro, objetivo e estruturado para permitir a perfeita compreensão de suas regras, promovendo isonomia e transparência.

- **Pontos positivos:**

- ✔ O *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025*, de modo geral, demonstra uma boa organização estrutural, com seções logicamente dispostas e uma linguagem técnica que visa à precisão e à publicidade, facilitando a compreensão dos licitantes.
- ✔ A remissão ao *Anexo I (Projeto Básico/Termo de Referência)* para detalhes do objeto é uma prática comum e eficiente, desde que haja coerência entre os documentos.

- **Pontos que demandam ajustes:**

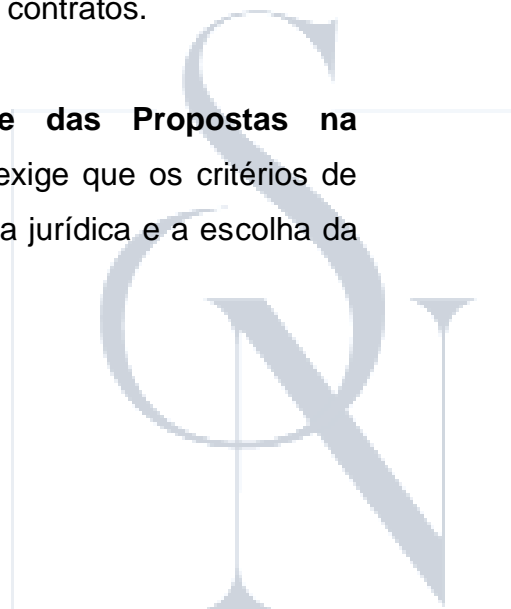
- ⚠ **A falha na descrição do objeto na Minuta do Contrato (Anexo IV)**, já destacada anteriormente, representa uma quebra crítica na clareza e objetividade que se espera de um Edital e seus anexos. Embora o corpo do Edital seja claro, a inconsistência em um de seus anexos mais importantes (o contrato a ser assinado) compromete a segurança jurídica de todo o processo e a credibilidade do instrumento convocatório.

- **Recomendação:**

- 👉 É fundamental a harmonização imediata e completa das descrições do objeto em todos os documentos, especialmente na *Minuta do Contrato (Anexo IV)*, para evitar qualquer dúvida ou potencial arguição de nulidade. A coerência documental é um pilar da segurança jurídica em licitações e contratos.

Critérios de Julgamento e Exequibilidade das Propostas na Perspectiva do Edital: O Art. 33 da Lei nº 14.133/2021 exige que os critérios de julgamento sejam claros e objetivos para garantir segurança jurídica e a escolha da proposta mais vantajosa.

- **Pontos positivos:**



- ✓ A escolha do critério de menor preço é adequada para o objeto em questão, dada sua natureza de serviço de manutenção e revitalização de ETE.
- ✓ A previsão de desempate em favor de ME/EPP (Seção 11.13), em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 (Art. 44, §2º), é um mecanismo legalmente previsto para fomento dessas empresas, sem comprometer a competitividade.
- ✓ A possibilidade de exigir a comprovação da exequibilidade das propostas (Seção 10.4 do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025*) é um dispositivo fundamental para coibir propostas predatórias ou inviáveis, que poderiam comprometer a execução contratual e a qualidade dos serviços públicos.
- **Recomendação:**
 - 👉 As diretrizes gerais do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* relativas aos critérios de julgamento e exequibilidade são adequadas e promovem a vantajosidade para a Administração.

Habilitação e Qualificação dos Licitantes na Perspectiva do Edital: A fase de habilitação visa verificar se os licitantes possuem a capacidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica para executar o objeto, conforme Art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

- **Pontos positivos:**
 - ✓ As exigências de regularidade fiscal e trabalhista (Seção 9.2.2 do *Anexo I - Projeto Básico*) estão em conformidade com a legislação vigente, sendo essenciais para verificar a idoneidade e a saúde financeira da empresa (Art. 68 da NLLC).
 - ✓ A previsão de regularização da documentação fiscal para ME e EPP (Seção 7.2), conforme a Lei Complementar nº 123/2006, promove a inclusão dessas empresas, sem prejuízo da segurança da contratação.
 - ✓ As exigências de qualificação técnica (registro no CREA/CAU, atestados de capacidade técnica operacional e profissional, e comprovação de vínculo do profissional com ART/CAT, Seção 9.2.7 do *Anexo I - Projeto Básico*) são cruciais para assegurar que a empresa possua a experiência e o corpo técnico necessários

para a execução de serviços complexos como os de revitalização de ETE, que envolvem engenharia e responsabilidade técnica.

- **Recomendação:**

- 👉 As disposições do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* relativas à habilitação e qualificação dos licitantes são pertinentes e robustas, visando garantir a contratação de empresa apta. Contudo, reitera-se a necessidade de justificar a vedação a consórcios, caso mantida.

Publicidade e Prazos do Certame na Perspectiva do Edital: O Art. 25, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e o Art. 37 da CF impõem a ampla divulgação do edital para garantir transparência e participação.

- **Pontos positivos:**

- ✔ A publicação do Edital no site oficial do Município (www.ribeiraovermelho.mg.gov.br) e no portal da BLL (<https://bll.org.br/>) (Quadro Resumo e Seção 6.1) atende ao princípio constitucional da publicidade e ao Art. 54 da Lei nº 14.133/2021, que busca ampliar o acesso à informação e fomentar a participação.

- ✔ A observância dos prazos mínimos legais para apresentação de propostas e interposição de recursos (Quadro Resumo e Seção 13) confere segurança e previsibilidade ao processo, um dos pilares da NLLC.

- **Recomendação:**

- 👉 As diretrizes do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* sobre publicidade e prazos estão em conformidade com as exigências legais e principiológicas.

III.III – Do Termo de Referência:

A análise do *Termo de Referência (TR)*, Anexo I do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025*, é de suma importância, pois este documento é o detalhamento técnico do objeto da contratação e das condições de sua execução. Sua estrutura e conteúdo devem seguir os ditames do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os elementos essenciais para sua elaboração.

Definição do Objeto no Termo de Referência: O *TR* define o objeto como "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na

execução de serviços de revitalização, adequação, recuperação estrutural, manutenção corretiva e/ou preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE)" e apresenta uma lista de serviços na Seção 3.

- **Pontos positivos:**

- ✓ O *TR* identifica claramente a natureza da contratação (serviços de ETE) e sua vinculação ao Sistema de Registro de Preços (SRP), o que é adequado para o tipo de serviço.
- ✓ A apresentação de uma lista de serviços detalhados (Seção 3, Item 01), como "Tanque PRFV para estação elevatória", "Bombas submersíveis", "Revitalização dos reatores anaeróbicos", entre outros, contribui para a clareza do escopo dos serviços a serem realizados. Estes itens são coerentes e complementares ao objeto principal.

- **Pontos que demandam ajustes:**

- ⚠ **Detalhes Específicos do Item "Frete para Ribeirão Vermelho-MG":** Embora a lista de serviços seja pertinente, o último item, "Frete para Ribeirão Vermelho-MG", aparece como uma linha de serviço. Embora o *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* (Seção 9.6) exija que "Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para o Município, tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários", a inclusão do frete como um item de serviço pode gerar ambiguidade sobre sua valoração e a forma de cotação. Se já deve estar incluso no preço global dos serviços de ETE, sua listagem separada na descrição de serviços pode ser confusa.

- **Recomendação:**

- 👉 Revisar o *Anexo I (Termo de Referência)* para esclarecer a forma de precificação do item "Frete para Ribeirão Vermelho-MG". Se a intenção é que os custos de frete já estejam embutidos no preço dos demais serviços ou no preço global, o item pode ser retirado da lista de serviços detalhados ou ter sua natureza de custo indireto explicitada para evitar dupla contagem ou erro na formulação da proposta.

Fundamentação da Contratação no Termo de Referência: O *TR* justifica a contratação com base na necessidade de recuperação de ETE danificada.

- **Pontos positivos:**

- ✓ O *TR* apresenta uma justificativa clara e específica para a necessidade da contratação (Seção 2.1), mencionando a recuperação da ETE do Loteamento Recanto dos Pássaros, que se encontra desativada devido a um incêndio. Esta especificidade confere maior robustez à justificativa da demanda.

- **Pontos que demandam ajustes:**

- ⚠ **Ausência de Estudo Técnico Preliminar (ETP) formalmente apresentado ou referenciado:** A Lei nº 14.133/2021 (Art. 18, I; Art. 6º, XX) confere ao ETP a função de documentar a análise da melhor solução que atenda à necessidade, abordando a demanda, as opções de soluções, os riscos, os benefícios e os custos. Embora o *TR* mencione um problema específico (ETE danificada por incêndio), a ausência de um ETP formal que detalhe a extensão dos danos, a estimativa do custo total de recuperação (não apenas a estimativa para o Pregão), as alternativas de solução consideradas (e por que a contratação externa via SRP foi a melhor), uma análise de custo-benefício ou dados mais concretos sobre a criticidade da ETE para o saneamento do município, pode fragilizar a fundamentação da contratação em uma análise mais aprofundada.

- **Recomendação:**


- 👉 Elaborar e anexar ao processo (e referenciar no *TR*) um Estudo Técnico Preliminar (ETP) robusto. Este ETP deve detalhar a demanda real, as alternativas consideradas (e por que o SRP foi a melhor), uma análise de custo-benefício e dados de impacto da desativação da ETE, conferindo maior solidez à fundamentação da contratação.

Descrição da Solução como um Todo e Logística no Termo de Referência: A Administração deve estruturar a logística de fornecimento e os prazos para atendimento.


- **Pontos positivos:**

- ✓ A previsão de contratação sob demanda, inerente ao SRP, permite flexibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando alocações desnecessárias.
- ✓ O *TR* (Seção 5.1) estabelece um prazo de "30 dias após assinatura do contrato" para a entrega do serviço, o que confere um balizamento inicial.

- **Pontos que demandam ajustes:**


-  **Insuficiência de regras claras sobre prazos de execução e locais de entrega/controlados detalhados para chamados específicos:** Embora haja um prazo geral de entrega do serviço principal, tratando-se de Registro de Preços, a execução será fracionada por demandas. A ausência de um cronograma de acionamento mais detalhado (e.g., prazos máximos para atendimento após Ordem de Serviço, horários de execução, locais específicos de intervenção, procedimentos de conferência e aceite para cada etapa/chamado) pode gerar incertezas e potenciais conflitos na execução contínua.

- **Recomendação:**


-  Incluir no *TR* detalhamento mais específico de um cronograma de fornecimento/execução para os chamados individuais, estabelecendo prazos máximos para atendimento após a solicitação, os procedimentos exatos de solicitação de serviço e os procedimentos precisos de conferência e aceitação dos serviços a cada demanda específica.

Requisitos da Contratação (Qualidade e Normas Técnicas) no Termo de Referência: Os critérios técnicos e de qualidade dos produtos/serviços devem estar claramente definidos para prevenir problemas na execução.


- **Pontos positivos:**

-  O *TR* exige que os produtos/serviços estejam de acordo com as "especificações técnicas" (Seção 1.1) e que o setor de engenharia fará a aceitação (Seção 7.1), o que é um aspecto positivo para o controle de qualidade.

- **Pontos que demandam ajustes:**


-  **Falta de exigência explícita de certificações técnicas ou normas de qualidade específicas:** Embora o *TR* faça menção a "especificações técnicas", ele não exige, de forma expressa, certificações de qualidade específicas (como normas ABNT, NBRs, ou outras normas técnicas setoriais aplicáveis a equipamentos, processos e materiais utilizados em Estações de Tratamento de Esgoto). A inclusão de tais certificações e a referência a normas técnicas específicas é fundamental para garantir a padronização, a durabilidade, a segurança e a conformidade ambiental das obras e dos componentes, minimizando riscos de vícios ou materiais de baixa qualidade.


- **Recomendação:**

-  Incluir no *TR* a exigência de normas técnicas e certificações de qualidade obrigatórias para os materiais, equipamentos e processos de serviços de ETE (e.g., normas ABNT aplicáveis a sistemas de esgoto, equipamentos, tubulações, efluentes), bem como procedimentos claros para inspeção e testes de qualidade antes da aceitação dos produtos e serviços.


Modelo de Execução do Objeto no Termo de Referência: O modelo de execução deve assegurar a correta entrega e prever mecanismos para reposição de itens em desconformidade.

- **Pontos positivos:**

-  O *TR* estabelece que os serviços serão fornecidos sob demanda, o que é coerente com o SRP.


-  Há uma previsão clara para correção em caso de desconformidade: o item 8.1.7 do *Anexo I - Projeto Básico* estabelece que "Se a qualidade do material entregue não corresponder às especificações exigidas, o material apresentado será devolvido à detentora para correção, no prazo máximo de 10 (dez) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis". Esta disposição é crucial para garantir a qualidade dos serviços e materiais.

- **Recomendação:**


-  Embora o *TR* já possua uma boa previsão para correção, pode-se sugerir detalhamento adicional dos procedimentos operacionais para notificação, devolução e reentrega, como quem notifica, em que formato, e quais testes serão refeitos após a correção.

Gestão e Fiscalização do Contrato no Termo de Referência: O *TR* deve prever mecanismos eficazes de fiscalização da execução contratual.

- **Pontos positivos:**

-  O *TR* (Seção 12.1 e 13.1) menciona a fiscalização pelo servidor Hélio Victor Martins (Engenheiro Civil) e a gestão pelo servidor Edson Eric Pereira, o que está em linha com o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que exige a designação de fiscal e gestor do contrato. A nomeação nominal é uma boa prática.

- **Pontos que demandam ajustes:**

-  **Ausência de previsão de relatórios periódicos de acompanhamento:** Embora a fiscalização seja mencionada e os fiscais nomeados, a

falta de um plano de fiscalização detalhado, incluindo a periodicidade e o conteúdo dos relatórios de acompanhamento da execução, pode dificultar o monitoramento contínuo da qualidade e do andamento dos serviços, especialmente em um contrato de Registro de Preços para serviços complexos.

- **Recomendação:**

- 👉 Incluir no *TR* um plano de fiscalização mais detalhado, prevendo a elaboração de relatórios periódicos (e.g., mensais ou trimestrais) de acompanhamento do fornecimento e execução dos serviços de ETE, para permitir um controle efetivo por parte da Administração.

Estimativa de Valor e Pesquisa de Preços no Termo de Referência: O *TR* deve demonstrar como foi feita a estimativa de preços, garantindo que os valores estão alinhados ao mercado.

- **Pontos positivos:**

- ✔ O *TR* (Seção 11.1) menciona a realização de "cotações do serviço com empresas especializadas" e apresenta um valor total estimado de R\$ 107.333,33, demonstrando a preocupação inicial com a economicidade.

- **Pontos que demandam ajustes:**


- ⚠ **Falta de detalhamento da metodologia da pesquisa de preços:**
O *TR* não especifica a metodologia utilizada na pesquisa de preços, as fontes consultadas (e.g., atas de SRP, contratações anteriores, orçamentos de fornecedores), nem os cálculos que levaram aos valores de referência. Essa lacuna impede a verificação da fidedignidade da estimativa e pode gerar questionamentos sobre a vantajosidade do preço máximo aceitável, o que é um requisito do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

- **Recomendação:**


- ❓❓ Anexar ao *TR* (ou detalhar no corpo do documento) a memória de cálculo da pesquisa de preços. Este detalhamento deve incluir as fontes consultadas, as datas das cotações, os critérios metodológicos utilizados para determinar os valores referenciais e uma justificativa para a escolha dos valores considerados adequados.

Adequação Orçamentária no Termo de Referência: O *TR* deve demonstrar a compatibilidade da contratação com o orçamento municipal.

- **Pontos positivos:**

-  O *TR* (Seção 15) menciona a vinculação da contratação ao orçamento municipal, indicando a "SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA Ficha 218 Fonte 1.500", o que atende à exigência de dotação orçamentária.

- **Recomendação:**


-  As informações sobre a dotação orçamentária estão adequadamente indicadas no *TR*.


III.IV - Minuta do Contrato:

A *Minuta do Contrato (Anexo IV)* é o documento que formalizará a relação jurídica entre a Administração e o contratado, sendo crucial que esteja em total conformidade com o Edital e a Lei nº 14.133/2021. Sua análise buscou verificar a legalidade, a coerência normativa e a viabilidade da execução contratual, focando nos artigos 89 a 95 da NLLC.


Identificação das Partes e Objeto do Contrato na Minuta: O contrato deve identificar de maneira precisa as partes e o objeto, conforme Art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

- **Pontos positivos:**

-  A minuta identifica corretamente o CONTRATANTE (Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho) e prevê a formalização com a empresa vencedora.

-  A designação formal do Gestor e Fiscal da Ata no cabeçalho do *Anexo IV* (ainda que como placeholders) é uma prática recomendável e obrigatória, conforme Art. 117 da NLLC, que contribui para a organização da gestão contratual.

- **Pontos que demandam ajustes:**

-  **DIVERGÊNCIA CRÍTICA E POTENCIALMENTE INVALIDANTE DO OBJETO (Novamente):** A Cláusula Segunda, item 2.1, da *Minuta do Contrato (Anexo IV)* apresenta o mesmo erro fundamental já apontado: "A presente Ata tem como objeto registro de preços para futuras aquisições de..... para atender às necessidades da Secretaria Municipal de, conforme características, especificações e quantidades constantes do ANEXO I do

Pregão nº /2025, e da Proposta da Contratada." A presença dos **espaços em branco e reticências** neste ponto crucial invalida a minuta e, se não corrigida antes da assinatura, pode levar à nulidade do contrato por vício insanável no objeto. O contrato deve espelhar o objeto da licitação de forma completa e exata. Este erro compromete a segurança jurídica, a vinculação ao edital e a própria legalidade da contratação.

- **Recomendação:**

- **É IMPERIOSA** a imediata e integral correção da Cláusula Segunda da *Minuta do Contrato (Anexo IV)* para que o objeto contratual seja, sem sombra de dúvidas, preenchido com a descrição exata: "registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de revitalização, adequação, recuperação estrutural, manutenção corretiva e/ou preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários", em perfeita consonância com o *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* e o *Termo de Referência (Anexo I)*. Esta correção deve ser formalizada e publicada.

Preço, Reajuste e Condições de Pagamento na Minuta: O contrato deve prever critérios objetivos para reajuste de preços e condições claras de pagamento.

- **Pontos positivos:**

- **✓** A minuta prevê o reajuste dos preços conforme Art. 124, II, "d" da Lei 14.133/21 (Cláusula Terceira, item 3.7 e Cláusula Sétima), sobre a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- **✓** O pagamento está condicionado à entrega da obra/serviços, mediante apresentação de nota fiscal e visto do Departamento requisitante (Cláusula Sexta, item 6.1).
- **✓ Consistência de Prazos de Pagamento:** Diferentemente de outras análises, o prazo de pagamento de "até 30 (trinta) dias corridos, após a entrega da obra" na Cláusula Sexta, item 6.1 da *Minuta do Contrato (Anexo IV)* está em harmonia com o prazo de "30 (trinta) dias após a finalização dos serviços" previsto na Seção 6.1 do *Anexo I - Projeto Básico*. Esta consistência é um ponto muito positivo, pois elimina uma fonte comum de litígios.

- **Recomendação:**

- 👉 As disposições sobre preço, reajuste e condições de pagamento estão bem alinhadas e consistentes entre o *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* e seus anexos, o que garante maior segurança jurídica.

Fiscalização e Gestão Contratual na Minuta: A fiscalização da execução contratual deve ser exercida pela Administração de forma contínua, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

- **Pontos positivos:**

- ✔ A minuta reitera a formalização da designação do Gestor e Fiscal do Contrato (ainda que nominalmente na versão final), atribuindo-lhes responsabilidades (Cláusula Oitava - Obrigações do Contratante e Cláusula Nona - Obrigações do Contratado). Isso é um ponto crucial para a efetiva gestão do contrato, assegurando que haja responsáveis diretos pelo acompanhamento.

- ✔ As obrigações da contratante e da contratada estão bem detalhadas, abrangendo aspectos cruciais como responsabilidade pelos vícios, atendimento às determinações do fiscal, e cumprimento de obrigações trabalhistas/fiscais.

- **Recomendação:**

- ❓❓ As disposições sobre fiscalização e gestão contratual estão bem delineadas na minuta, contribuindo para uma execução contratual mais organizada e supervisionada.

Penalidades e Extinção Contratual na Minuta: O contrato deve prever penalidades proporcionais e regras claras para rescisão, assegurando o equilíbrio contratual e a segurança jurídica.

- **Pontos positivos:**

- ✔ A minuta prevê um rol abrangente de infrações administrativas e sanções (Advertência, Multa, Impedimento de Licitar e Contratar, Declaração de Inidoneidade) na Cláusula Décima Terceira, em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Art. 156 e seguintes).

- ✔ Há detalhamento dos percentuais de multa (0,5% a 30%) e a diferenciação para tipos de infrações (Cláusula Décima Terceira, item 13.4), o que contribui para a objetividade na aplicação das penalidades.

- ✓ A garantia do contraditório e da ampla defesa, com prazos claros (15 dias úteis para defesa/recurso, Cláusula Décima Terceira, item 13.6), é fundamental e observa os preceitos constitucionais.

- **Recomendação:**

- ❓❓ As cláusulas referentes a penalidades e extinção contratual estão bem estruturadas e em conformidade com o arcabouço legal vigente, oferecendo segurança à Administração.

III.VI – Da Utilização de Plataforma Privada:

A escolha da plataforma digital para a realização de licitações é uma decisão estratégica com profundas implicações na eficiência, transparência e isonomia do processo licitatório. O *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* indica que o pregão será realizado na plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<https://bll.org.br/>). A Lei nº 14.133/2021 (Art. 174) permite o uso de plataformas privadas, mas exige rigorosa justificativa, alinhada aos princípios constitucionais da Administração Pública (Art. 37 da CF), como economicidade, igualdade, publicidade e eficiência.

Fundamentação Legal e Princípios Aplicáveis à Escolha da Plataforma: O Art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021 exige que o planejamento de toda contratação pública seja precedido de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) que demonstre a eficiência e vantagem da solução escolhida, o que se estende à escolha da plataforma de licitação. Os princípios constitucionais da Administração (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além do Art. 37, XXI, da CF sobre igualdade de condições e proposta mais vantajosa) devem guiar essa escolha.

- **Pontos positivos:**

- ✓ A utilização de plataformas eletrônicas em si é um avanço que promove a publicidade e a transparência, facilitando o acesso ao certame por um maior número de licitantes. A divulgação nos dois sítios (município e BLL) é um ponto positivo (Seção 6.1 do *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025*).

- **Pontos que demandam ajustes:**

- ⚠ **Ausência de Estudo Técnico Preliminar (ETP) justificando a escolha da plataforma privada:** A Lei nº 14.133/2021, embora permita o uso de

plataformas privadas, exige que a decisão seja embasada por uma justificativa técnica e econômica robusta. A ausência de um ETP formalmente elaborado e anexo ao processo, que comprove a superioridade da plataforma BLL em relação às plataformas públicas gratuitas (como o Compras.gov.br), é uma fragilidade significativa. A justificativa deve abordar:

- **Vantagens Técnicas Inequívocas:** Quais funcionalidades específicas da BLL superam as das plataformas públicas e são indispensáveis para este tipo de certame?
- **Análise de Custos:** A plataforma BLL impõe custos (diretos ou indiretos) aos licitantes ou à Administração que não ocorreriam em plataformas públicas? Se sim, como isso se coaduna com o princípio da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa? Custos para licitantes (taxas de credenciamento, uso do sistema) podem restringir a competitividade, especialmente para ME/EPP.
- **Integração com o PNCP:** A plataforma garante integração automática e transparente com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigido pela NLLC? Jurisprudência de Tribunais de Contas tem reiterado que a opção por plataformas privadas sem a devida e robusta fundamentação técnica e econômica pode configurar ato irregular por restringir a competitividade ou onerar desnecessariamente o erário ou os licitantes.
- **Recomendação:**
 - 👉 É imperativo que a Administração elabore e inclua no processo um Estudo Técnico Preliminar (ETP) detalhado que justifique de forma clara, técnica e econômica a escolha da plataforma privada BLL. Este ETP deve demonstrar que a plataforma privada oferece vantagens superiores e indispensáveis em relação às alternativas públicas, garantindo a ampla competitividade, a isonomia e a gratuidade para os licitantes, bem como a efetiva integração com o PNCP. Caso tal justificativa não seja possível, a prioridade deve recair sobre as plataformas públicas.

IV – CONCLUSÃO:

Após a minuciosa análise dos documentos que integram o Pregão Eletrônico nº 014/2025 (Edital PL 074 -2025 PE 014-2025, Anexo I - Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo IV - Minuta de Contrato), conclui-se que o procedimento licitatório, embora em grande parte alinhado com os ditames da Lei nº

14.133/2021, apresenta pontos críticos que demandam correções e complementações urgentes para assegurar plenamente a segurança jurídica, a transparência, a competitividade e a eficiência da contratação pública.

As considerações e recomendações mais prementes, cujo saneamento é crucial para a validade do certame, são as seguintes:

1. DISCREPÂNCIA GRAVE NO OBJETO DO CONTRATO (Cláusula Segunda, Anexo IV): Esta é a falha mais crítica e potencialmente invalidante de todo o processo. A *Minuta do Contrato (Anexo IV)* apresenta um objeto com campos em branco e reticências, o que a torna inócua e juridicamente falha. A retificação imediata e expressa desta cláusula é indispensável, alinhando-a ao objeto detalhado no *Edital PL 074 -2025 PE 014-2025* e no *Termo de Referência (Anexo I)*. A omissão em corrigir este vício fundamental pode levar à nulidade do contrato por vício insanável no objeto, comprometendo o interesse público.

2. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS (Seção 7.4.9 do Edital): A proibição de empresas reunidas em consórcio, sem uma justificativa técnica e econômica robusta anexada ao processo, configura uma restrição à competitividade e à isonomia. É mandatório que esta limitação seja rigorosamente justificada por um Estudo Técnico Preliminar (ETP) específico, demonstrando sua indispensabilidade para a execução do objeto e a ausência de prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa. Caso não haja tal justificativa robusta, a cláusula deve ser reavaliada.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DA PESQUISA DE PREÇOS (Termo de Referência): Embora o *TR (Anexo I)* apresente uma justificativa específica para a contratação, a ausência de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) formalmente anexado e detalhado, bem como a falta de detalhamento da metodologia da pesquisa de preços e fontes consultadas, fragilizam a fundamentação da escolha da solução e da estimativa de custos. É recomendável a elaboração de um ETP completo e a explicitação da memória de cálculo da pesquisa de preços para garantir a transparência e a vantajosidade da estimativa.

4. JUSTIFICATIVA PARA USO DE PLATAFORMA PRIVADA (Seção 6.1 do Edital): A opção pela plataforma privada BLL, embora permitida pela NLLC, exige uma justificativa técnica e econômica robusta que comprove sua superioridade em relação às plataformas públicas gratuitas. A inclusão de um ETP que fundamente essa

escolha é crucial, demonstrando que não há prejuízo à competitividade nem onerosidade indevida aos licitantes, além de assegurar a integração com o PNCP.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS (Termo de Referência): O *Termo de Referência (Anexo I)* deve ser mais explícito quanto à exigência de normas técnicas e certificações de qualidade aplicáveis aos equipamentos, materiais e serviços de Estações de Tratamento de Esgoto, a fim de garantir a padronização e a segurança das intervenções.

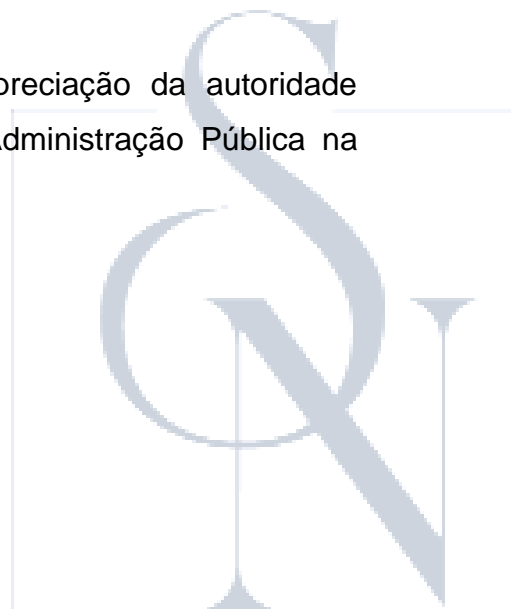
Diante do exposto e com a urgência de sanar os vícios apontados, considera-se que o procedimento licitatório **PODE PROSSEGUIR APÓS A COMPROVADA IMPLEMENTAÇÃO INTEGRAL E FORMAL DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS**. A adoção de tais medidas é condição precípua para garantir a validade do certame, a observância da legislação vigente e dos princípios que regem a Administração Pública, culminando em uma contratação segura, transparente e economicamente vantajosa.

Este parecer tem caráter **OPINATIVO** e preventivo, servindo como instrumento de auxílio à autoridade competente para a tomada de decisão, sem vinculá-la. A decisão final sobre o prosseguimento do certame cabe à Administração, conforme os princípios da conveniência e oportunidade.

Nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, **este parecer jurídico é de NATUREZA OPINATIVA, NÃO VINCULANTE**, e tem como finalidade subsidiar a decisão da autoridade administrativa. A decisão final sobre a adjudicação e homologação é de competência discricionária da autoridade competente, que deve ponderar a regularidade documental e os requisitos legais aplicáveis.

Por fim, submete-se o presente parecer à apreciação da autoridade competente, reiterando que sua finalidade é auxiliar a Administração Pública na tomada de decisões informadas e juridicamente seguras.

S.M.J., este é o parecer.



Ribeirão Vermelho – MG, na data da assinatura digital.

MARCOS VINÍCIUS NARDELLI ANDRADE

Advogado – OAB/MG 159.250

Especialista em Licitações e Contratos

